

**REQUERIMENTO** Número / ( .<sup>a</sup>)

**PERGUNTA** Número / ( .<sup>a</sup>)

Expeça - se

Publique - se

O Secretário da Mesa

Assunto:

Destinatário:

### **Exmo. Senhor Presidente da Assembleia da República**

A Jornada Mundial da Juventude está prevista para agosto de 2023, em Lisboa/Loures, estimando-se a participação de mais de um milhão de católicos neste evento religioso de grande dimensão. O evento irá ocupar vários espaços da cidade de Lisboa, em atividades e encontros, ao longo de uma semana. O evento final está previsto para parte do Complexo Logístico Rodoferroviário da Bobadela (Complexo da Bobadela).

O Governo, por aprovação da Resolução do Conselho de Ministros n.º 45/2021, determinou a desocupação das parcelas necessárias à sua realização, e fixou um calendário de realocação definitiva do Complexo Logístico Rodoferroviário da Bobadela. Nessa Resolução do Conselho de Ministros, o governo assume a diversidade, a complexidade, a natureza e a dimensão das ações a desenvolver no âmbito da preparação das Jornadas Mundiais da Juventude 2023, pelo que criou um Grupo de Projeto para acompanhar e coordenar os trabalhos de preparação, apoiar a entidade organizadora, entre outras atribuições. A mesma Resolução do Conselho de Ministros, determina ainda a constituição de uma comissão de acompanhamento com elementos da Fundação JMJ Lisboa 2023, da Câmara Municipal de Lisboa, da Câmara Municipal de Loures e de representantes nomeados pelo Primeiro-Ministro e vários outros membros do governo.

Apesar do previsto, estamos a um ano das JMJ 2023 e já vereadores das autarquias de Lisboa e de Loures deram declarações públicas dizendo que muito pouco se tinha avançado até ao início do ano de 2022. Só em maio de 2022, o Tribunal de Contas deu visto para a empreitada de limpeza dos terrenos, no valor de 8,2 milhões de euros, atribuídos por ajuste direto à Mota-Engil. Já o destino e o custo total da realocação da operação do Terminal de Mercadorias da Bobadela ainda está em estudo.

Não se conhecem igualmente a totalidade das empreitadas que serão necessárias para a realização da JMJ 2023, tal como não se conhecem que entidades têm a responsabilidade de lançar essas empreitadas e o custo e prazos de cada uma. Não se conhecem ainda as medidas de mitigação do impacto das JMJ 2023 nas populações dos concelhos onde se irão realizar as

jornadas, nomeadamente no que concerne aos transportes e resíduos sólidos.

O Bloco de Esquerda reconhece a importância das JMJ 2023 e considera que é necessário que todos os procedimentos de contratação previstos no Código da Contratação Pública sejam escrupulosamente cumpridos, defendendo a transparência e reduzindo o risco de corrupção, bem como o Código de Trabalho. Não será aceitável que trabalhadores envolvidos na construção das infraestruturas não tenham os seus direitos laborais assegurados. É ainda necessária a criação de um programa de mitigação do impacto das JMJ 2023 na população residente na área de Lisboa.

*Atendendo ao exposto, e ao abrigo das disposições constitucionais e regimentais aplicáveis, o Grupo Parlamentar do Bloco de Esquerda vem por este meio dirigir ao Governo, através do Ministério das Infraestruturas e Habitação, as seguintes perguntas:*

1. Que contratos serão utilizados para a realização das JMJ 2023?
2. Que entidade é responsável por cada contrato, qual o seu estado e qual o seu valor?
3. Está elaborado um relatório das medidas de mitigação do impacto da população, nomeadamente nos transportes públicos, recolha de resíduos, limpeza das ruas, entre outros impactos?
4. Há garantias de cumprimento da legislação laboral nas empreitadas de construção das infraestruturas das JMJ 2023?
5. Há garantias de que os terrenos do Parque Norte não serão urbanizados após as JMJ 2023?
6. O que está projetado para os terrenos do Parque Norte?

Palácio de São Bento, 25 de julho de 2022

Deputado(a)s

MARIANA MORTÁGUA(BE)